



Ata de Reunião - Março/2021

Data:	09/03/2021	Hora: 14:30	Local: Sala Virtual – Aplicativo “Lifesize”
Solicitante:	Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho		
Presentes:	Magistrados: Juíza Ana Cláudia Silva Mesquita, Juíza Laura Scaldafferi Pessoa, Juíza Marta Moreira Santana, Juiz Marcelo Silva Britto, Juíza Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Juíza Renata Mirtes Benzano de Cerqueira, Juiz Gilberto Bahia de Oliveira, Juiz. Raimundo Nonato Borges Braga, Juiz Fábio Alessandro Costa Bastos (AEP II – pela representante Sra. Marcela Gonzaga). Servidores: Dr. Pedro Lúcio Silva Vivas (SEPLAN), José Romilson Mascarenhas (SEPLAN); Dra. Ana Tereza Cincurá de Souza Dantas, Dr. Jorge Medrado Júnior (DSP), Dra. Vanessa Travessa (AAS).		
Ausentes:			

Assunto Tratado: Análise sobre os Projetos em curso propostos pelo Núcleo Socioambiental durante o ano de 2021

Aos 09 dias do mês de março de 2021, às 14 horas e 30 minutos, teve início a 3ª reunião virtual do Núcleo Socioambiental (2021), pelo aplicativo Lifesize, onde presentes estavam: a Des. Maria de Fátima Silva Carvalho, Coordenadora do referido Núcleo e seus componentes: Juíza Ana Cláudia Silva Mesquita, Juíza Laura Scaldafferi Pessoa, Juíza Marta Moreira Santana, Juiz Marcelo Silva Britto, Juíza Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Juíza Renata Mirtes Benzano de Cerqueira, Juiz Gilberto Bahia de Oliveira, Juiz. Raimundo Nonato Borges Braga, Juiz Fábio Alessandro Costa Bastos (AEP II – pela representante Sra. Marcela Gonzaga), Dr. Pedro Lúcio Silva Vivas (SEPLAN), José Romilson Mascarenhas (SEPLAN); Dra. Ana Tereza Cincurá de Souza Dantas, Dr. Jorge Medrado Júnior (DSP), Dra. Vanessa Travessa (AAS).

Iniciando os trabalhos, a Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho transmitiu aos presentes informações sobre o envio de dados do Relatório da PLS 2015-2020 ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em tempo hábil, fato devidamente comunicado ao SEPLAN. Noticiou também sobre o envio de ofícios à LIMPURB e à COELBA para participação na Semana do Meio Ambiente 2021, bem como propôs a revisão de todas as áreas dos tanques, descargas e torneiras dos prédios da Sede do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA). Comunicou sobre a busca de contatos com Tribunais que estejam empenhados na causa socioambiental para obtenção de informações e trocas de experiências no CEJUSC ali existentes e posterior comunicação aos membros deste grupo.

Deu a palavra ao Dr. Gilberto Bahia e Dr. Raimundo Braga que falaram sobre reunião ocorrida com Dr. Moacir Reis, representante da NUPEMEC, para analisarem a viabilidade de implantação do CEJUSC Socioambiental. Restou previamente acordado que o órgão será sediado no Fórum Ruy Barbosa, com atuação restrita à Região Metropolitana de Salvador/BA. Informaram que o referido órgão abrangerá às Varas cujos processos envolvem matéria ambiental. Além disso, sinalizaram o mês de abril/2021 como possível período de inauguração, demandando novas reuniões para concretização das diretrizes propostas.

Dra. Marina Rodamilans trouxe aos presentes questões relativas à competência territorial e demais formas de auxílio aos Magistrados para condução adequada dos trabalhos. Solicitou constar em Ata a necessidade de abrangência territorial para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Comarcas do Litoral Norte do Estado da Bahia no tocante às Áreas de Proteção



Ambiental (APA), com criação de banco de dados de peritos e profissionais que atuem na área de forma a auxiliar nas demandas que envolvam questões ambientais.

Dra. Marta Moreira pontuou que o CEJUSC teria uma ideia inicial de tentativa de conciliação, em virtude da complexidade da matéria, com auxílio técnico para análise da extensão dos danos ocasionados envolvendo todos aqueles atingidos diretamente.

Dra. Marcela Gonzaga destacou a atuação da Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia desde o ano de 2019 para qualificação das atuações dos peritos nas ações judiciais.

Dada palavra ao Dr. Raimundo, informou aos presentes sobre reunião referente ao Sistema BI com Dra. Marta, Dr. Gilberto e o servidor Rodrigo. Garantiu que no prazo de 15 dias os índices seriam inseridos. Comunicou que o software não é um repositório de informações, mas captador de dados por sistemas internos utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia são captados em planilhas, gráficos e relatórios analíticos. Pontuou que para alguns dados há o uso de planilhas para alimentação do Sistema, a exemplo do uso de combustíveis.

Dra. Marta sugeriu o desdobramento dos índices socioambientais para verificação específica do consumo dos insumos e demais serviços utilizados pelo Tribunal.

Dr. Pedro Vivas e Dr. Romilson forneceram auxílios para interpretação dos dados, com base em séries históricas, a fim de facilitar a interpretação adequada. Reforçaram a relevância do cumprimento de prazo até o limite do dia 20 (vinte) de cada mês, para verificação dos índices de referência do mês anterior.

Dr. Raimundo recomendou a disponibilização dos Contratos vigentes de utilização pelo Tribunal de Justiça para auxílio no levantamento dos custos fixos pelo Núcleo Socioambiental.

Dra. Marina apresentou ideias voltadas ao consumo consciente para aplicação durante a Semana do Meio Ambiente, dentre as quais constam: a edição de Ato Histórico para retirada das compras de materiais que seriam consumidos pelo PJBA, com o impacto na compra desses itens para os gastos do Poder Público, bem como a listagem atualizada de 30 práticas de consumo responsável que podem ser utilizadas no ambiente de trabalho, no domicílio, práticas diárias, com publicação no sítio do tribunal de justiça como sugestão “30 Práticas de Consumo Sustentável” como homenagem à Semana do Meio Ambiente, através do auxílio da ASCOM.

Dr. Raimundo propôs divulgar a utilização de garrafas pet para acomodação de pilhas durante a Semana do Meio Ambiente a serem entregues como forma simbólica com o enfoque a difundir o efetivo descarte adequado.

Dra. Laura Scaldaferrri e Desa Maria de Fátima propuseram aos presentes a participação da ASCOM, mediante encontros com Dr. Moisés Bisesti, para elaboração das futuras campanhas.

Dr. Pedro Vivas e Dr. Jorge Medrado sinalizaram condições possíveis de análise eficiente dos gastos públicos para estudo adequado pelo Núcleo Socioambiental e posterior apresentação à Presidência do PJBA.

Dra. Ana Cláudia Mesquita sugeriu o uso de poços artesianos e reutilização de água das chuvas nas Comarcas do Interior, ressaltando o seu adiamento em virtude dos protocolos sanitários para o combate à COVID-19.

Dra. Laura Scaldaferrri e Desa Maria de Fátima demonstraram a imprescindível colaboração dos novos Juízes para o fornecimento dos índices de consumo mensais.

Entre os presentes, ficou também acordado o agendamento de reunião com a Presidência do PJBA para apresentação das propostas discutidas nesse encontro.



Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho agradeceu a participação de todos os membros, designando o próximo dia **13/04/2021, às 14:30** para uma nova reunião.

Nada havendo a constar, encerramos a presente Ata. Eu, Matheus Honorato dos Santos Oliveira, cadastro 969.421-8, escrevi.

Finalização: 16:37h